



Senhores e escravos nas sociedades Ibero-Atlânticas

Coleção | Collection: Estudos & Documentos, Volume 26

DOI: <https://doi.org/10.34619/rswl-6jsl>

Homepage: <https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

Maria do Rosário Pimentel  Maria do Rosário Monteiro 

Editor | Publisher:

Edições CHAM

<https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

Copyright:

Maria do Rosário Pimentel; Maria do Rosário Monteiro, António Borges, Adriano Moreira, Alberto de Carvalho, António Manuel de Andrade de Moniz, António Martins, Carlos Engemann, Célia Maia Borges, Clara Sarmento, Elisete da Silva, Maria Cristina Neto, João Pedro Marques, Jonis Freire, Jorge Fonseca, Jorge Matta, José Augusto dos Santos Alves, Joseph Abraham Levi, Marcia Amantino, Marcia Eliane Alves de Souza, Margarida Vaz do Rego Machado, Rute Dias Gregório, Maria da Graça Alves Mateus Ventura, Miguel Real, Rocío Perriñez Gómez, Ronaldo Vainfas, Simon Edwards, Augusto Moutinho Borges, Martin Lienhard, Ana Maria Ramalhete, Rui Zink, Leonor Dias de Seabra, Maria de Deus Beites Manso, Maria do Rosário Pimentel, 2019

© O(s) Autor(es). Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s). This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es). The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ANA MARIA RAMALHETE*

Do perseguido e do escravo: confluências na obra *Mário* de Silva Gaio

I

Ao iniciarmos o estudo da representação literária em torno da perseguição política e da escravatura, no romance *Mário* de Silva Gaio (1977), comecemos pelo fim. O autor fornece nas últimas páginas uma explicitação sobre o valor simbólico das personagens principais, fazendo-o através da fala de uma outra personagem, o vigário Padre Maurício¹, caracterizado pela opção política do liberalismo. Em sua casa, apresentada ao longo do texto como local de paz e inocência, vive também Teresa, a principal personagem feminina, fulcral no desenrolar da ação. O Padre faz a seguinte avaliação de Mário e do seu implacável opositor:

Jorge Pinto personificou o poder absoluto, o arbítrio despótico e sem razão. Por isso, não criou coisa alguma, e só deixou ruínas. Tu Mário, representas a ideia liberal: grande e generosa, porque é forte e convicta; tolerante e humana, porque tem consciência da sua elevação! (Gaio 1977, 432)²

Jorge Pinto e Mário são, pois, figuras representativas da essência do subtítulo, *Episódios das Lutas Cívicas Portuguesas de 1820-1834*, o que, desde início, localiza o tempo da narrativa – isto é, desde a primeira revolução liberal até ao estabelecimento do liberalismo em Portugal, após anos de confrontos com o absolutismo.

* IELT, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2167-9855>. E-mail: ana.m.ramalhete@gmail.com.

1 O texto indica ainda que o padre Maurício fora membro do Soberano Congresso e participara na elaboração da primeira Constituição Liberal Portuguesa de 1822. Diz o autor ter presidido ao Congresso a ideia de erradicar antigas formas de abuso de poder, dando aos cidadãos mais dignidade através da defesa da liberdade de pensamento (Gaio 1977, 49). Em contraponto será apresentado um outro padre que, pressionado por Jorge Pinto, chegará a ponto de revelar informação recebida no confessional. Silva Gaio comentaria com ironia que o absolutismo afirmava ser o partido do trono e do altar.

2 Ver Marinho (1999, 99-100).

Voltemos à parte final do texto e à explicitação das representações feitas através das personagens. Outra temática vai surgir interligando opções éticas e políticas que levaram à escolha desta narrativa como objecto de estudo: “Aquele pobre negro é o símbolo do povo embrutecido pela escravidão e pela ignorância, e que todavia pode ser grande, se o alumiam a instrução e a moralidade, a crença e a caridade” (Gaio 1977, 432). O autor deixa transparecer a ideia de que se trata de um sector da população que carece de uma formação civilizacional dentro de um padrão fornecido, no qual a ideologia liberal se apresenta como exemplar. O desenrolar da narrativa vai igualmente acentuar valores intrínsecos da personagem Tadeu, que pareciam inexistentes no início, mas que se vão revelando no contacto formativo com Mário³.

O romance de António de Oliveira da Silva Gaio foi escrito em 1868, dois anos antes da morte do autor (cf. Chagas 1883; Coelho 1982). No plano ideológico não subsistem dúvidas sobre a sua opção pelo liberalismo, em termos literários fica como reflexão o uso de temáticas históricas na ficção⁴.

O distanciamento temporal de 33 anos entre o tempo da narrativa e o da escrita poderia levantar dúvidas sobre a construção de uma ficção tendo como pano de fundo um momento histórico em que se entrelaçam personagens ficcionais e figuras históricas como D. Miguel e D. Pedro e os respectivos estados-maiores.

Na entrada sobre Silva Gaio do *Dicionário do Romantismo Português*, Helena Buescu (1997, 201) diz estar este distanciamento na zona-limite e, em termos de terminologia, na zona ambígua entre a narrativa localizada no presente e a narrativa histórica, a diferença temporal permitindo, neste caso, analogias que, por vezes, se aproximam de alegorias.

Podemos acrescentar que as estratégias de construção da verdade dentro do texto se concretizam, não só num capítulo de 34 páginas intitulado “Migalhas da história portuguesa desde 1807 até 1833” (Gaio 1977, 309), como também na inclusão de notas de documentação, nomeadamente, com referências a legislação e periódicos, e numa cuidada datação de movimentações históricas nos campos político e militar. Este jogo da certificação da realidade, ou do que poderia ter acontecido, para um enredo ficcional vai conferindo ao autor um estatuto de objectividade.

As citações feitas tornam óbvia a já mencionada finalidade pedagógica e formativa desta narrativa, e o próprio autor, no final da dedicatória (Gaio 1977, 24), faz uma advertência aos leitores (que poderiam ainda ter memórias ou ouvido testemunhos do período relatado) lembrando a acção persecutória contra a liberdade por regimes intolerantes. Na obra serão referidas vagas de perseguição a que os homens de livre pensamento

3 Sobre a presença de negros e mestiços no teatro português, e a representação de situações e atitudes perante aqueles que estas construções literárias nos fornecem, ver o artigo de Maria do Rosário Pimentel “O escravo negro no teatro português” (Pimentel 2009).

4 Entre os múltiplos estudos sobre esta problemática, apontaremos apenas o de Maria de Fátima Marinho (2005).

podem estar sujeitos. O abuso de poder será a marca recorrente em sistemas de governação totalitários, apontando-se mesmo o tempo do Marquês de Pombal, que conduziu ao afastamento de membros de uma anterior geração.

No desenrolar da narrativa, em 1828, a prepotência do poder vai mascarar de razões de estado e de justiça algo que pertencia estritamente ao campo amoroso do obsessivo Jorge Pinto, com a irónica agravante de este pertencer à Ordem de Malta. Mário, temido como seu rival na conquista amorosa de Teresa, será conduzido ao afastamento com o pretexto de se tratar de um criminoso. No fundo, um homem sem escrúpulos vai construindo formas de manipulação a vários níveis, incluindo a chantagem, invocando uma justiça que na realidade é usada ao serviço de interesses pessoais.

Será de reflectir sobre uma das estratégias do autor para transmitir ao leitor a complexa situação em que se encontram as personagens. Vejamos o caso de Jorge Pinto, que, através de uma teia de mentiras, vai construindo uma falsa realidade com o objectivo deliberado de afectar Mário. A sua acção persecutória leva a que algumas personagens, no sentido de escaparem a esta trama, sintam a necessidade de transfiguração, escondendo as suas identidades, recorrendo a máscaras como forma de sobrevivência.

Não sendo caso único, o próprio Mário, no retorno a Portugal, terá de recorrer a uma mudança de nome, adoptando Luís de Sousa, identidade evocadora da obra de Garrett.

Posteriormente, com o restabelecimento identitário das personagens, verificam-se momentos de revelação que coincidem com a aproximação do fim das lutas internas em Portugal e a vitória dos liberais, elogiados pela sua exemplar postura militar para com os concidadãos que combateram nas fileiras inimigas.

No meio das tramas de violência criadas na narrativa em torno da personagem Teresa, há um momento em que, também ela, olhando-se ao espelho, se não reconhece, parecendo ver, não o seu próprio reflexo, mas o de uma outra mulher.

Na parte final da narrativa, Jorge Pinto surge como sobrevivente desfigurado de uma tentativa de assassinato levada a cabo por uma das personagens por ele anteriormente manipuladas. Assim, também ele irá passar por um ciclo de transfigurações e mudanças. Incapaz de se ver ao espelho, restringe-se ao espaço fechado de sua casa, até ao dia em que, com horror e danação, se confronta com a sua própria imagem. Mas, mesmo com esta descida aos infernos, o autor não lhe reserva um projecto de salvação; pelo contrário, fá-lo tentar entrar à força na casa paroquial onde Teresa reside, enredando-o em mais uma complexa forma de resolver a sua paixão por ela – a tentativa falhada de rapto e assassinato como processo de união eterna. Para o impedir, o autor constrói uma reacção de resistência popular, o que lhe permite mostrar na população uma maior capacidade para enfrentar as brutalizações a que tinha estado sujeito o país pelas forças do poder absolutista.

A narrativa bipolariza, pois, as duas casas: o espaço de refúgio onde Teresa habita com o vigário, seu tio, e a casa de Jorge Pinto, local representativo de um poder imaginativo para o mal, e que se vai tornar alvo da população. O perseguidor torna-se assim

o perseguido, e Jorge Pinto prefere deitar fogo à casa e lá perecer a ceder. Será talvez um momento simbólico de purificação de um vilão, opressor durante anos, bem como do seu espaço, numa época em que finda um regime absolutista e se inicia uma renovação social assente nos valores do liberalismo.

A visão do autor, não apenas sobre o poder no início do século XIX em Portugal, mas também o impacto das forças europeias conservadoras, desde o fim das lutas anti-napoleónicas até à primeira revolução liberal portuguesa em 1820, fica bem expressa no texto quando diz:

A santa aliança dispunha os negócios de modo que voltássemos ao princípio do século XVIII, e a real família portuguesa espreguiçava-se no Brasil, dava hábitos de Cristo a toda gente, enfadava-se com a pobreza de Portugal, chamava amigo a Beresford, nem se lembrava que este povo fora um herói na defesa do país, e tomava rapé. (Gaio 1977, 311)

II

Após este preâmbulo de enquadramento, passemos ao enfoque principal. No capítulo XIV, intitulado “Do Abismo à Luz. Ó Providência”, o autor faz uma digressão sobre estádios das sociedades humanas, reflectindo sobre a escravatura. Interpelando directamente Mário sobre a sua opção política como liberal, com a caridade como valor numa época de progresso⁵ e informação, diz em expressão do pensamento que dá a esta personagem:

[...] tu nesse pobre negro não vês só o escravo mas toda a escravidão. E condena-la, essa afronta, que, a um tempo sepulta em trevas e barbária a inteligência de Tadeu, que vale pouco, e o seu coração e afeiçãoabilidade que tanto valem. (Gaio 1977, 173)

Embora no que se refere à abolição da escravatura desde a governação do Marquês de Pombal, por alvará de 1761, se decretasse que ficariam libertos os escravos que chegassem a Portugal, e apesar de vários momentos em que esta questão foi tratada, nomeadamente após a Revolução Setembrista de 1836 – quando se proíbe a “importação e exportação de escravos nas colónias portuguesas ao sul do equador” (Serrão 1980, 177) –, o passo final da abolição seria apenas dado em 1869 (Saraiva 1984, 339), pelo menos em termos legislativos. Isto é, após a escrita deste texto de Silva Gaio.

A narrativa decorre num ambiente onde a problemática da escravatura é preocupação presente, tema abordado não apenas no desenrolar do enredo, mas em momentos de reflexão dentro do texto. O autor vai aproveitar a viagem de exílio de Mário para Angola (que tivera por detrás a mão traiçoeira e implacável de Jorge Pinto, que assim conseguia o afastamento factual de Mário e Teresa, a mulher amada por ambos) para estabelecer a diferença entre o Portugal dos descobrimentos e os barcos que levavam “cativos, malfeitores e homens dignos, misturados em convívio ignóbil” (Saraiva 1984). Em Luanda, Mário vai enfrentar nova vicissitude. A condenação ao exílio, apesar da sua inocência, é

5 Sobre o conceito de progresso e a escravatura, ver Pimentel (2017).

agora transmutada em prisão efectiva, longe de qualquer centro populacional. Cada vez mais a vida de Mário se torna uma perturbante peregrinação.

A prisão vai ser um local de encontro, normalmente improvável, criando-se um elo que une dois prisioneiros: o escravo condenado por tentativa de homicídio do seu dono, sem qualquer outra explicitação, e Mário, com pena sem crime. Um gesto que o autor coloca dentro do campo das obrigações de qualquer pessoa bem formada: isto é, dar de beber a quem foi chicoteado e preso a um poste coloca Mário em confronto com as autoridades prisionais, conduzindo-o a nova punição dentro da punição. Juntos na mesma cela, após uma mudança no estado de alma do negro, vai ser este a dar de beber a Mário, tornando-se essa água salvífica o ponto de união entre ambos. Ao mesmo tempo, pela primeira vez é dada identidade ao escravo, dando-lhe um nome: Tadeu, homem que apenas vive na nostalgia da sua terra natal no Zambeze donde foi tirado. Esta personalização que Mário lhe faz ao agradecer é de tal forma insólita para Tadeu, que se torna em mais um elemento de ligação entre eles. Contudo, não se está perante uma situação igualitária, como se percebe pela forma de tratamento: Tadeu trata-o por Sr. Mário, enquanto este trata o negro por tu. Não vão ser, desde logo, valores intrínsecos a estabelecer a paridade ou a diferença. A diferenciação vai fazer-se através de estádios civilizacionais e culturais que têm como ponto de referência os valores europeus e, dentro destes, os que são considerados apanágio dos seguidores do liberalismo.

Mário é mostrado como um educador – “quando tu conheceres gente que te não trate mal, serás bom para todos” (Gaio 1977, 114) –, defendendo convictamente a capacidade formativa de uma sociedade mais justa. As palavras de Silva Gaio expressam a diferenciação entre eles, assemelhando a afeição de Tadeu por Mário à de um “cão pelo dono”, comparação que lhe dará qualidades de fidelidade e companheirismo. Ao leitor é fornecida a imagem de uma relação de grande união, sendo um o representante do espírito e o outro o da força física, dando-se mutuamente ânimo nos momentos de maior fragilidade pessoal.

Ao longo do texto, o autor vai construindo elaboradas movimentações, não apenas em episódio da vida de Jorge Pinto mas também de outras personagens, fazendo uso de pormenorizada descrição. Em Angola, a fuga da prisão concebida por Mário vai ser abraçada por Tadeu como acção conjunta, representando talvez a ligação do pensamento das lideranças com a experiência prática do povo. Tadeu escolhe o dia e a estratégia de fuga, e Silva Gaio faz uma minuciosa narrativa com descrições de forte impacto, incluindo a simbólica morte de um cão de guarda que lhes iria servir de alimento. Ao longo do percurso vão sendo narrados momentos empolgantes da caminhada para a liberdade, evidenciando o conhecimento de Tadeu de noções quase instintivas de sobrevivência. Juntos, Mário e Tadeu vão atravessando Angola, fugindo a grupos populacionais pelo perigo que poderiam representar, enquanto Mário vai sendo “a luz do espírito” para Tadeu. Tal como já se fizera sentir em descrições em Portugal, fica expresso o conhecimento do autor da nomenclatura científica da vegetação durante

a terrífica caminhada de quatro meses até à chegada a Moçâmedes, após um ano passado na prisão (1977, 184 e 289).

O passo seguinte, a partida para o Brasil, far-se-á num navio negreiro carregado de escravos. Contudo, é apresentado um Capitão que, perante o aspecto miserável dos dois, para além de não cobrar as viagens, os acomoda com algum conforto, dando-lhes mesmo de vestir. Esta atitude do homem que se encarrega do transporte de escravos sem relutância, e a compaixão mostrada por Mário e Tadeu, não pode deixar de suscitar alguma estranheza, confrontando-se o leitor com dois mundos éticos que à partida seriam incompatíveis.

No Rio de Janeiro a notícia de que D. Pedro partira para a Europa e entrara no Porto com 7500 soldados motiva Mário para, de imediato, se alistar naquela luta na qual os emigrados políticos no Brasil não estão muito esperançados. Corre também informação sobre um caso que Mário identifica como o seu, apesar de impregnado de falsidades, agravado não apenas por se falar de uma acusação que Teresa lhe fizera como por se constar que ela se teria casado.

O autor vai construindo episódios para evidenciar a preocupação de Mário com a situação de Tadeu. Apesar do desespero provocado pelas notícias sobre Teresa, Mário vai ter como primeiro cuidado a obtenção da carta de alforria para o seu companheiro, a qual adquire com o dinheiro realizado pela venda de um brilhante retirado a uma jóia de família, que conseguira trazer sempre escondida. Dá-lhe também dinheiro, para gerir a sua liberdade. Apesar de Tadeu saber ser documento de valor, não é algo que tenha um grande significado para ele, como não lhe seria compreensível o próprio conceito de escravatura. Também o dinheiro não parece pertencer à sua esfera de interesses.

A intenção de Mário de deixar Tadeu, agora que é livre, é por este rejeitada, não apenas por não ter a mencionada noção dos bens que possui, mas essencialmente por não querer perder o amigo. Mário seria atingido por uma súbita doença – uma congestão cerebral de lenta recuperação –, estratégia que permite a Silva Gaio pôr em evidência o desenquadramento de Tadeu em relação à sociedade em que vive. Não sabe onde levar Mário por não saber o que é um hospital. No capítulo XXVII, intitulado “O cão do Zambeze” (referência ao local de nascimento de Tadeu e à sua ligação a Mário), mostra-se de forma acutilante o seu desconhecimento das regras hospitalares, pois espera poder manter-se ao lado do amigo na doença, não compreendendo por que razão o afastam, dispondo-se até a entregar, a quem lho permitisse, todo o dinheiro que Mário lhe dera, e mesmo a carta de alforria, gesto que leva o administrador do hospital a dar-lhe, sem expectativa de recompensa, permissão para ficar junto de Mário até ao seu restabelecimento.

O autor vai continuar a construção da peregrinação de ambos. Partem para Falmouth e deslocam-se a Londres em busca de informações relevantes sobre a situação de Portugal e também sobre o pai de Mário. É realçada a atitude de Tadeu, “espantado daquela vitalidade inglesa, que mal compreendia”. Modalidades da distância civilizacional

e do desconhecimento são pontualmente apontadas, como sinais não apenas diferenciadores mas também reveladores.

Silva Gaio acrescenta novo episódio à já enredada narrativa. A busca pelo pai de Mário vai levá-los a Munique, onde se descobre que o progenitor morrerá. Contudo, o filho depara-se com uma segunda revelação em carta que o pai lhe deixara. O vício do jogo levava-o a roubar uma jóia à família que o acolhera. Empenhara-a, mas conseguira, com esforço, resgatá-la deixando a Mário a incumbência da sua devolução. O tema do jogo é introduzido para o caracterizar como um vício devastador, mesmo para os melhores homens, permitindo ao autor apontar outro mal social e deixar uma nova marca de cariz pedagógico na narrativa. mais tarde, o autor mostra a consideração que o pai de Mário merecera no campo militar, sendo invocado num escrito de generais ligados às forças liberais. Após a leitura da missiva, Mário reflecte sobre o seu passado e o profundo elo entre ele e Tadeu. Diz o texto, acentuando a qualidade da sua ligação: “Quando outra vez abraçou Tadeu, pensou que naquele negro estava a sua família, o seu arrimo, e as únicas afeições que possuía!” (1977, 308).

Na parte final da narrativa retorna-se ao primeiro enfoque. É altura de Mário se juntar às forças liberais em Portugal e lutar com os chefes militares que se destacariam na época, em momentos de risco excessivo e actos de coragem. Uma medalha que lhe é atribuída sela o reconhecimento pelos seus feitos militares, surgindo, obviamente, D. Pedro, como representante da ideia de liberalismo.

Após a instauração do regime liberal, o autor faz um comentário desfavorável a excessos praticados contra as ordens religiosas, que considera terem partido de “liberálissimos exaltados, dos que mais gritavam, [mas] não poderia[m] alegar o menor serviço feito a essa liberdade” (1977, 407). Nesta crítica feita a quem apelida liberais de ocasião, Silva Gaio deixa subjacente o seu pensamento sobre o valor formativo do catolicismo que aquelas instituições representariam.

Continua o autor a construir a evolução de Tadeu, que, inactivo no quartel, fica nostálgico, e desde, e desde a viagem do Brasil em estado de melancolia; é a vez de Mário o animar e distrair. Tadeu apenas descansa ao ritmo da oração que Mário lhe ensinará. As melhoras deste estado de alma dão-se quando Mário lhe propõe serviços em que, não só usa a força, mas também mostra a sua valentia arriscando-se em confrontos militares. Dele diz Mário: “Tem sido e é para mim o melhor dos amigos, o único” (1977, 369). Tadeu será ferido para salvar o companheiro e, mesmo à distância, é grande o cuidado de Mário com a sua saúde. O total restabelecimento far-se-á numa casa perto do Porto, onde Tadeu brinca com dois meninos que se riem dos seus desconhecimentos (1977, 398), mas se revoltam com a ideia da sua possível partida. Tadeu, embora deseje a reunião com Mário, vai encontrando o seu espaço, talvez num retorno a memórias felizes da infância interrompida.

Podemos considerar que na narrativa Tadeu não terá atingido a plenitude do seu desenvolvimento, contudo, passa do escravo que estivera preso por tentativa de

assassinato do dono (talvez num conceito de justiça feita pelas próprias mãos) a alguém a quem é dada a confiança de acompanhar crianças, prova da sua aceitação como homem bom e livre numa caminhada do escravo brutalizado e embrutecido até ao cidadão envolvido numa estrutura familiar.

Após todos os equívocos planeados por Jorge Pinto, Mário irá repor a verdade numa cena de reconhecimento por parte de Teresa e junto do Padre Maurício. Silva Gaio apresenta o novo regime político como portador de esperança num tempo regido pela equidade.

A obra, escrita quando faltava ainda tempo para a legislação final sobre a abolição da escravatura, pretendia, contudo, conduzir o leitor a uma tomada de consciência sobre o problema. A narrativa vai-se construindo através da iniciação da personagem principal pelo sofrimento, pela superação de dificuldades, as experiências fora de Portugal, a aquisição de novos conhecimentos e amizades e, sobretudo, a acção directa nessa que seria uma das questões mais perturbadoras da época. O autor leva idealmente tanto Mário como Tadeu a uma superação da dor e a uma maturidade que representariam a forma exemplar de uma sociedade se reposicionar, permitindo aos seus elementos atingir a realização plena nas suas vidas.

Bibliografia

- BUESCU, Helena Carvalhão. 1997. *Dicionário do Romantismo Português*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro (ed.). 1883. *Diccionario Popular Histórico Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico, e Litterario*, Vol. II. Lisboa: Typografia da Viúva Sousa Neves.
- COELHO, Jacinto do Prado. 1982. *Dicionário de Literatura*, Vol. 2. Porto: Figueirinhas.
- GAIO, António de Oliveira da Silva. 1977. *Mário. Episódios das Lutas Cívicas Portuguesas de 1820-1834*. Porto: Porto Editora.
- MARINHO, Maria de Fátima. 2005. *Um Poço sem Fundo. Novas Reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo das Letras.
- MARINHO, Maria de Fátima. 1999. *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. 2017. "The idea of progress and the practice of slavery in the second half of the 18th century". In *Progress(es); Theories and Practices*, ed. Mário S. Ming Kong, Maria do Rosário Monteiro e Maria João Pereira Neto, 273-285. Leiden: CRC Press.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. 2009. "O escravo negro no teatro português". *Annali (Sezione Romanza)* 51 (2): 609-626.
- SARAIVA, José Hermano. 1984. *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SERRÃO, Joel. 1980. *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.